

Educação e Inclusão

Antônio Joaquim Severino¹

Resumo

O futuro da sociedade brasileira está na dependência da sua transformação em uma sociedade menos excludente. E nesse processo, a educação diretamente vinculada à produção econômica e à dinâmica política, terá papel relevante no compromisso de responder aos desafios da alta modernidade. Construir esse futuro implica investir na educação, mas sempre na perspectiva de uma política educacional intrinsecamente voltada para os interesses humanos da sociedade, visando à superação intencional e planejada de suas forças de exclusão social. Isso nos permite concluir que o desenvolvimento da educação numa sociedade historicamente determinada como a nossa não é questão apenas do domínio e da aplicação de novos saberes e de tecnologias sofisticadas. Toda educação e toda política cultural tem compromisso especial com a preparação de cidadãos para a vida, função esta que decorre da natureza intrínseca do processo construtor do conhecimento, única ferramenta de que o homem dispõe para a realização histórica de sua existência. E ao lidarmos com a educação, o nosso compromisso intelectual não pode ser com a teoria do capital humano, mas com a teoria da emancipação humana.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Emancipação humana.

Abstract²

The future of Brazilian society depends on its transformation in a less excluding society. In this process, the education, which is directly tied up with the economic production and politics dynamics, will play an important role concerning the commitment in answering to the challenges of high modernity. Construct this future implies to invest in education, but always thinking in a perspective of an educational politics guided towards the human interests of the society, aiming the intentional and planned overcoming of its social exclusion forces. This allows us to conclude that the education development, in a society like ours which is historically determined, is not only a question of controlling and application of new knowledge and sophisticated technologies. All education and cultural politics have a special commitment in forming citizens for life. This function originates from the intrinsic nature of the constructing knowledge process, which is the only tool that man makes use for the historical accomplishment of his existence. And when we work with education, our intellectual commitment cannot be with the theory of human capital, but with the theory of human being emancipation.

Keywords: Education. Inclusion. Human being emancipation.

1 Faculdade de Educação Universidade de São Paulo – FEUSP
Avenida da Universidade, 308 Bloco A 2. Andar, Sala 225
São Paulo-SP <ajsev@uol.com.br>

2 Tradução: Iracide de Albuquerque Silva.

Introdução

Muito me alegrou o convite para estar aqui hoje, junto a vocês, educadores do Centro-Oeste brasileiro, pronunciando a palestra de abertura deste relevante evento, abordando a temática das relações entre educação e inclusão. Para além da satisfação deste convívio com tantos companheiros de tantas jornadas pela educação brasileira, bem como deste compartilhamento com outros tantos profissionais que batalham nessa mesma luta, gratifica-me também a oportunidade de tratar de um assunto que me fala muito fundo, por entender que essa temática sintetiza, com muita propriedade, todo o esforço que venho fazendo, ao longo de minha trajetória nesta área da educação, para tentar entendê-la e praticá-la. Já de longa data, desde os idos de minha formação universitária na juventude, sentia que a filosofia precisava encarnar seus recursos cognoscitivos no âmago da vida real dos homens, buscando assumir a configuração de uma visada antropológica que se respaldasse nas significações existenciais imanentes às condições históricas e sociais do viver humano. Essa a razão que me levou então a me encaminhar para as paragens da filosofia da educação, tomando a prática educativa como meta de meu esforço de pesquisa e de reflexão. E essa abordagem filosófica só pode mesmo ver a educação como uma grande mediadora da humanização, sua legitimidade só podendo nascer do esforço de mediar a emancipação dos homens, que não é senão outra forma de renomear a inclusão. Não é outro o significado da mensagem que hoje gostaria de lhes deixar ao ter a honra de lhes fazer o prólogo deste auspicioso evento. O que proponho, pois, à reflexão de vocês é exatamente essa íntima vinculação que liga intrinsecamente educação, inclusão, emancipação e cidadania.

Por outro lado, sou testemunha histórica do esforço que sempre fizeram os educadores desta região do Centro Oeste do país, no sentido de também conceberem e praticarem a educação como uma força intrinsecamente vinculada ao processo da inclusão. Testemunho isso conhecedor que sou dos investimentos e resultados das pesquisas da área educacional que vocês desenvolveram nessas últimas décadas, pelos trabalhos que vejo apresentados nos encontros e publicações científicos, nas teses e dissertações defendidas em seus Programas de pós-graduação e nos Programas de outras regiões onde muitos foram à busca de subsídios para sua reflexão e seu trabalho. O pensamento educacional do Centro Oeste nunca faltou a seu compromisso de pensar a condição humana, sabendo encontrá-la encarnada na sua particularidade regional. A sensibilidade às condições do existir histórico-social do brasileiro do interior do país, como destacado exemplo da população indígena, mostra que os educadores desta região não faltaram a seu compromisso de colocar a educação a serviço da inclusão. Sem dúvida, a educação tem um alcance universal, mas essa significação se condensa e se concretiza na realidade particular de cada rincão social em cada momento histórico e é, como tal, que deve ser o alvo de nossas pesquisas, análises e reflexões.

Do sentido da Inclusão

A íntima aproximação entre educação e inclusão é feita de modo quase que imediato nas abordagens temáticas dos trabalhos analíticos que são feitos na área. Na nossa contemporaneidade, a educação está sendo pensada e tida como forma privilegiada de inclusão, cobrando-se sempre de suas práticas reais que assim se dê. São inúmeros os exemplos, na literatura da área, dando destaque à responsabilidade da educação em promover a inclusão, que se torna quase que a finalidade exclusiva da intervenção educacional, como se fosse sua razão de ser.

Mas o que vem a ser essa inclusão que tanto se exige da educação? Certamente, o seu sentido básico decorre, por contraposição, da realidade da exclusão, aparentemente mais fácil de ser percebida e conceituada do que a inclusão. Parece mais claro aquilo que nos torna excluídos do que aquilo no que devemos nos incluir. Quando se fala de exclusão, temos em mente uma situação em que os sujeitos humanos não dispõem daquelas condições mínimas que permitem uma qualidade de vida digna. Essas condições mínimas nos remetem à possibilidade de usufruto dos bens naturais, sociais e culturais necessários à produção e a reprodução de nossa existência histórica de entes inseridos na espécie humana. O que exige que estejamos adequadamente situados na esfera econômica da produção, na esfera política da vida social e na esfera simbólica da cultura.

Isto posto, a inclusão poderia ser entendida então como nossa inserção nessas três esferas. Mas esta conclusão se é verdadeira no plano lógico, ela não se realiza no plano histórico, o que acaba envolvendo o conceito de inclusão numa complicada pluralidade semântica, a exigir de nós um esforço de clarificação. São muitas as contradições que obscurecem o sentido da inclusão como inserção das pessoas num suposto universo de condições consideradas aquelas condições normais básicas de nosso existir. Estas contradições nascem de um amplo espectro de fatores: de um lado, atuam as ambigüidades produzidas pelo próprio senso comum vigente em nossa cultura; de outro, a poderosa força das ideologias, mascaradoras de interesses ocultos particulares que se sobrepõem às necessidades universais das sociedades e, enfim, as políticas implementadas pelo poder público, supostamente responsável pela gestão do bem comum, com seus enviesamentos jurídicos e administrativos. Mas o solo de tudo isso é, sem nenhuma dúvida, o modelo societário que se torna hegemônico em cada sociedade, seja pela escolha de suas elites, seja pelas determinações históricas que presidem seus destinos.

Assim, tende-se a pensar que a inclusão se daria como simples integração social, uma vez que o excluído seria aquele que desfrutaria de benefícios básicos disponibilizados pela sociedade. Mas, no contexto de sociedades regidas pela lógica do capitalismo, a inclusão não implica a completa superação da exclusão, ou seja, a integração social na verdade opera como forma de uma inclusão excludente, a exclusão e uma

inclusão subordinada operando como processos inerentes ao sistema do capital, atuando como condicionantes necessários da lógica processante do capitalismo (OLIVEIRA, 2004; KUENZER, 2004).

E não é outra coisa que somos forçados a constatar na experiência histórico-social de nosso país. Quando nos referimos à sociedade brasileira, impõe-se começar reconhecendo o domínio hegemônico, neste quadrante histórico, do modelo societário capitalista neoliberal, opção feita pelas nossas elites, nesta passagem de século e de milênio, sob o impacto de um processo mais amplo que é aquele determinado pelo fenômeno abrangente e avassalador da globalização econômica e cultural. Este processo de globalização da economia capitalista reserva ao Brasil um lugar na divisão internacional do trabalho que marca e modifica profundamente as características internas na esfera econômica, na esfera social e na esfera cultural.

Na atual conjuntura mundial, o cenário específico em que se encontra a sociedade brasileira, é aquele desenhado por um intenso e extenso processo de **globalização** econômica e cultural, conduzido pela expansão da **economia capitalista**, que se apóia, política e ideologicamente no **paradigma neoliberal**. Por isso, é tendência mundial, que vai impondo a todos os países a minimização do estado, a total priorização da lógica do mercado na condução da vida social, o incentivo à privatização generalizada, a defesa do individualismo, do consumismo, da competitividade, da iniciativa privada. No concernente à educação, prevalece a **teoria do capital humano**, como se destinasse apenas à preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Por sua vez, a ideologia neoliberal encontra apoio teórico nas teses filosóficas que consideram que vivemos uma nova era, aquela de uma **pós-modernidade**, caracterizada pela superação das grandes teses que lastreavam a modernidade (SANFELICE, 2003).

Do ponto de vista de sua formação histórica, o estado brasileiro se constitui mediante uma modernização conservadora, sob o modelo de orientalidade, tornando-se um aparelho estatal forte frente a uma sociedade civil frágil. O estado precede a nação, tornando-se um estado capitalista economicamente e corporativo socialmente. Os mecanismos de representação de interesses dos segmentos sociais se dão no interior do próprio aparelho de estado: espaços para o movimento sindical via sindicatos, não via centrais sindicais. Mesmo do segmento burguês, dos empresários, a representação se faz pelas câmaras setoriais e não por meio da própria sociedade civil. O modo corporativo de representação é uma forma de absorver a autoconsciência da sociedade civil, obstruindo a formação de uma consciência ético-política. A supremacia da classe no poder se dá por dominação e não pela direção político-ideológica. O projeto político da classe dominante não tem o respaldo consensual do conjunto ou da maioria da sociedade.

Nos períodos populistas, atuou uma hegemonia seletiva: segmento operário urbano com carteira assinada, caráter limitado e excludente dessa hegemonia. Após a ditadura, tem início um processo de ocidentalização do estado brasileiro: uma justa

relação entre o estado e a sociedade civil. O Brasil optando pelo modelo norte-americano (presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas com organização política com partidos frouxos não programáticos e corporativismos, fazendo “pequena política”), em detrimento do modelo europeu, (organização política centrada em partidos com base social homogênea, não corporativa, mas classista, revelando uma sociedade civil forte e politicamente articulada, fazendo “grande política” (COUTINHO, 2006).

Já do ponto de vista econômico, o Brasil vem experimentando, desde o início da década dos anos 80, um claro retrocesso no perfil de suas atividades e na forma de sua inserção na produção mundial. Não só por produzir quase que *só commodities* (alta escala de produção, baixo preço unitário, simplificação tecnológica e rotinização das tarefas). Uma redução acentuada da importância do setor industrial brasileiro, como se constata pelo fato de que o emprego industrial nacional ter caído de 4,2% em 1980 para 3,1% em 2001. Transforma o país num imenso chão de fábrica, trabalho com precaríssimas condições, jornadas sem fim, massa de trabalho vivo sem a menor qualificação. Assim, a sociedade brasileira, pela sua elite, fez opção pelo projeto societário capitalista neoliberal, que insere o Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de bens básicos, de pouca elaboração industrial, do que decorre sua condição de associação consentida e de subalternidade com relação à ciência e à tecnologia. Na produção econômica, o país desenvolve apenas o trabalho simples, dispensando a necessidade de criação de tecnologia própria, nacional, e consequentemente do trabalho complexo, reduzido e concentrado em setores específicos de excelência (FRIGOTTO, 2006; PAULANI, 2006). Para implementar esse projeto societário, procede-se à reforma do estado, à reestruturação produtiva e à flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

Coerente com essa opção política e econômica, a educação, em sua relação com o trabalho, é entendida sob a consigna da Teoria do Capital Humano, destinando-se em sua prática, a formar profissionais em sua imensa maioria para o trabalho simples (GENTILI, 2002).

Diante desse quadro, quando se fala de inclusão, pensamos logo na retirada de determinadas pessoas de situações degradadas em que se encontram, considerando essa degradação decorrente da falta ou da precariedade das condições de uma existência tida como minimamente digna: a miséria sócio-econômica, determinadas formas de doenças estigmatizadas, analfabetismo, privações culturais, minorias étnicas, estigmas raciais.

Mas quando essas pessoas passam a integrar a sociedade, configurada sob esse modelo, o sistema fica reforçado porque é de sua própria natureza, ser excludente, ou seja, não confere a todas as pessoas as mesmas condições adequadas de existência. Assim revela o caráter contraditório da inclusão, uma vez que ela opera enquadrando todos no sistema societário. E quando a educação institucionalizada responde por esse processo de inclusão, ela acaba atuando de forma a reforçar o próprio sistema

de exclusão, ou seja, mantendo e consolidando as relações sociais, ainda que operando no plano do simbólico, reproduzindo a ideologia hegemônica da sociedade, tornando-se assim um poderoso mecanismo de reprodução social, como bem o descreveram as teorias reprodutivistas. E, como nos lembra Kunzer, sem dúvida alguma estamos diante de processos onde a inclusão pode ser excludente e, paradoxalmente, a exclusão pode ser includente.

Mas, trabalhada por contradições internas, a inclusão real deixa brechas para que melhores condições de existência possam ser apropriadas, num espectro que vai desde o fornecimento de algumas condições objetivas de vida para um número maior de pessoas até então totalmente privadas delas até mesmo a possibilidade de manifestação/construção de uma contra-ideologia.

Desse modo, pode-se afirmar que qualquer processo de inclusão posto em prática no contexto da configuração capitalista neoliberal tem um vínculo dialético com a exclusão. Com efeito, se de um lado, o sistema nos enquadra no modelo, de outro, é um único modo de se alcançar algum elemento de superação do modelo excludente. É essa possibilidade que legitima a educação como processo de inclusão, cabendo-nos, no entanto, relativizar o alcance da inclusão, validando também como medida de ampliação da superação da exclusão. Por isso mesmo, a pior educação é preferível a nenhuma educação.

Inclusão e emancipação

Por isso, o significado de inclusão precisa ser adensado, passando a denotar aquela da emancipação, ou seja, índice de autonomia das pessoas frente a suas determinações objetivas, no estado em que estas, imprescindíveis para o existir contingente e finito dos homens, não atuem como formas de degradação, de opressão e de alienação dos sujeitos pessoais, e que não atuem como pura heteronomia (ADORNO, 2003).

Daí a pertinência de entendermos hoje a educação como construtora da cidadania, pois cidadania significa existir sob condição de autonomia. Bem entendido, esta autonomia, a emancipação não pode mais ser concebida apenas sob sua configuração iluminista, como se o sujeito humano se identificasse integralmente com o sujeito racional. O sujeito que está em pauta é o sujeito histórico, sem dúvida, fundado numa condição ontológica de ser natural, bem como em todos os seus *aprioris* existenciais e de seu equipamento específico de subjetividade, mas todos esses elementos encontram-se articulados em seu ser que se constitui pela sua prática social no devir histórico. O território da subjetividade não se esgota na racionalidade lógica.

Em decorrência desse propósito da educação, a mediação curricular representa tem que se entender de maneira mecânica. Além de nos preparar para o mundo do trabalho, sem dúvida, mediação fundamental de nosso existir, pela apropriação de habilidades técnicas, precisa viabilizar o desenvolvimento do território da subjetividade. Isto significa muito mais que a posse de informações científicas e de recursos

técnicos delas derivados, significa o exercício das atividades intelectuais, o desabrochar e o expandir de todas as nossas sensibilidades: a sensibilidade ética, suscitando em nós a experiência vivencial de valores para norteamento de nosso agir concreto, de nossa sensibilidade estética, despertando-nos para os valores da vida afetiva, emocional, de nossos gostos, cuidando da vivência do prazer, a esfera do sabor; de nossa sensibilidade política, experiência da dinâmica do poder que atravessa e impregna nossas relações sociais.

Assim, é também por exigência ética que a educação deve se conceber e se realizar como investimento intencional sistematizado na consolidação das forças construtivas das mediações existenciais dos homens, pois é isto que lhe dá a sua qualificação ética. O investimento na formação e na atuação profissional do educador não pode, pois, reduzir-se a uma suposta qualificação puramente técnica. Ela precisa ser também política, isto é, expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação. E é sendo política que a ciência se tornará intrinsecamente ética.

Conclusão

O futuro da sociedade brasileira está na dependência da sua transformação em uma sociedade menos excludente. E nesse processo, a educação diretamente vinculada à produção econômica e à dinâmica política, terá papel relevante no compromisso de responder aos desafios da alta modernidade. Construir esse futuro, a meu ver, implica investir na educação, mas sempre na perspectiva de uma política educacional intrinsecamente voltada para os interesses humanos da sociedade, visando à superação intencional e planejada de suas forças de exclusão social. Isso nos permite concluir que o desenvolvimento da educação numa sociedade historicamente determinada como a nossa não é questão apenas do domínio e da aplicação de novos saberes e de tecnologias sofisticadas. Se, de um lado, é verdade que não se pode ignorar toda a potencialidade das novas tecnologias para o desenvolvimento da educação, de outro, é também necessário que essa tecnologia seja vista como ferramenta corriqueira, como o foram historicamente todos os demais instrumentos técnicos. Meios potencializadores são necessários e bem-vindos, mas continuam sendo meios, sempre à espera da adequada exploração pelos homens. Assim toda a educação e toda política cultural tem compromisso especial com a preparação de cidadãos para a vida, função esta que decorre de sua natureza intrínseca do processo construtor do conhecimento, única ferramenta de que o homem dispõe para a realização histórica de sua existência. E ao lidarmos com a educação, o nosso compromisso intelectual não pode ser com a teoria do capital humano, mas com a teoria da emancipação humana.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- CARNOY, Martin. **Educação, economia e superestrutura**: relações e mediações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, v. 13).
- COUTINHO, Carlos N. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio C. e NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. p 173-200.
- CUNHA, Luis A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- ENGUIITA, M. Fernández. **Educar em tempos incertos**. São Paulo: ARTMED, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C. e NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 241-260.
- GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p. 45-59.
- GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KUENZER, Acácia Z. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, J. Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, J. Luis. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LIMA, Júlio C. e NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.
- LOMBARDI, J. Claudinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR: Caçador, SC: UnC, 2003.
- LOMBARDI, J. Claudinei; GOERGEN, Pedro (Orgs.). **Ética e educação: reflexões filosóficas e histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.
- LOMBARDI, J. Claudinei; SAVIANI, D.; SANFELICE J. Luis (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.
- OLIVEIRA, Avelino da R. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Selva, 2004.
- PAULANI, Leda M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio C. e NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 67-83.
- SANFELICE, J. L. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, J. C. (Org.) **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2003, p. 3-12.

SEVERINO, Antonio J. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C. e NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPJSV, 2006, p. 289-320.

_____. **A educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

_____. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

Recebimento em:	12/12/2007
Aceite em:	12/02/2008